

PLANO DE ENSINO**Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas****PROFESSOR:** DR. OSCAR IVAN PRUX**DISCIPLINA:** RELAÇÕES DE CONSUMO DIREITO DO CONSUMIDOR E DIREITOS DA PERSONALIDADE**CARGA HORÁRIA:** 45 H/A**CRÉDITOS:** 03**I – EMENTA**

O sistema de proteção ao consumidor, a vulnerabilidade ou hipossuficiência deste (consumidor) e os direitos da personalidade; - A Política Nacional das Relações de Consumo; - A relação de consumo e seus elementos; - Os direitos básicos dos consumidores; - As práticas de mercado (contratuais e extracontratuais de consumo) e os direitos da personalidade; - Os direitos da personalidade e os meios (extrajudiciais e judiciais) de proteção e solução de conflitos no mercado de consumo.

II – BIBLIOGRAFIA

ASSUNÇÃO SOBRINHO, Marcos Tadeu de; SANTANA, Héctor Valverde. Simetria e assimetrias entre fato e vício do produto/serviço: repercussão doutrinária e jurisprudencial. Revista de Direito do Consumidor, Ed. Revista dos Tribunais, v. 109, p. 367-395, 2017.

BARIFOUSE, Leonardo. O controle jurídico da publicidade na trincheira do consumismo. Revista de Direito do Consumidor, Ed. Revista dos Tribunais, v. 116, p. 95-125, 2018.

BAROCELLI, Sergio Sebastián. Towards the construction of „hypervulnerable consumers“ category. Revista de Direito do Consumidor, Ed. Revista dos Tribunais, v. 113, p. 67-80, 2017.

BERTONCELLO, Káren Rick Danilevicz. A inversão do ônus da prova nas ações por responsabilidade civil no CDC. Revista da Ajuris, Porto Alegre, AJURIS, ano 26, n. 75, p. 233-249, 1999.

CARVALHO, Jorge Morais; PINTO-FERREIRA, João Pedro; CARVALHO, Joana Campos. Manual de Resolução Alternativa de litígios de consumo. Coimbra, PT: Ed. Almedina, 2017. EFING, Antônio Carlos; QUEVEDO, Josemari Poerschke de. O dever de informar o consumidor face à emergência dos produtos nanotecnológicos. Revista Direitos Fundamentais e Democracia, v. 23, n. 2, 2018.

FLUMIGNAN, Silvano José Gomes. O panorama da distribuição do ônus da prova com o novo CPC. Doutrinas Essenciais - Novo Processo Civil, v. 4, 2018.

MARQUES, Alessandra Garcia. O direito fundamental à saúde e o poder judiciário: quando o sus deve fornecer “o remédio mais caro do mundo”. Revista de Direito Brasileira, v. 20, n. 8, 2018.

MARTINS, Guilherme Magalhães. Contratos eletrônicos de consumo. São Paulo: Atlas, 2016.

MIRAGEM, Bruno. O ilícito e o abusivo: propostas para uma interpretação sistemática das práticas abusivas nos 25 anos do Código de Defesa do Consumidor. Revista de Direito do Consumidor, Ed. Revista dos Tribunais, v. 104, 2016.

MIRAGEM, Bruno; BARBOSA, Nubens. Direito civil: responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2015.

NETO, Ridivan Clairefont de Souza Mello; DIAS, Jean Carlos. A democracia pragmática em richard posner e o papel do pragmatismo cotidiano na seara democrática. Revista Direitos Fundamentais e Democracia, v. 23, n. 3, 2018.

PRUX, Oscar Ivan. Responsabilidade civil do profissional liberal. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

PRUX, OSCAR IVAN. A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA ACESSO A UMA ORDEM JURÍDICA JUSTA E RESPEITO A DIREITOS DA PERSONALIDADE. REVISTA DIREITO E PAZ, v. 14, p. 106-125, 2020. - <http://www.revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/article/view/1251>.

RANGEL, Rafael Calmon. A interatividade entre os sistemas, subsistemas, minissistemas e microsistemas jurídico-normativos de tutela dos direitos dos consumidores. Revista de Direito do Consumidor, Ed. Revista dos Tribunais, v.117, 2018.

SILVA, F. R.; TEIXEIRA, Rodrigo Valente Giublin . A Sociedade da Informação e seus desafios: a necessidade de efetivação de uma Política Pública de combate ao ransomware no Brasil. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UERJ, v. 36, 2019.

SOARES, Marcelo Negri; BEZERRA, Eudes Vitor; KAUFFMAN, Marcos. The judiciary and the contributions of the brazilian code of civil procedure in legal security, predictability and consistency of decisions – model inspired by the english system (judicial accountability). Revista de Direito Brasileira, v. 22, n. 9, 2019.

TEIXEIRA, Rodrigo Valente Giublin; CASAGRANDE, J. F. . A legitimação dos juízes e desembargadores na convocação e realização de audiências públicas como instrumento de efetivação dos direitos da personalidade. ARGUMENTUM (UNIMAR), v. 20, 2019.

TEIXEIRA, Rodrigo Valente Giublin; MORAES, V. C. . Da inconstitucionalidade das restrições às medidas liminares em mandado de segurança. NOMOS (FORTALEZA), v. 39, 2019.

TEIXEIRA, Rodrigo Valente Giublin. Unboxing: os vídeos publicitários camuflados e a hipervulnerabilidade dos consumidores infantis. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas - UNIFAFIBE, v. 6, 2018.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis; OLIVEIRA, Edmundo Alves de; SIQUEIRA, Dirceu Pereira; JUNIOR, Raul de Mello Franco. Os direitos da personalidade em face da dicotomia direito público - direito privado. Revista de Direito Brasileira, v. 19, n. 8, 2018.

Periódicos da área disponíveis no Portal da CAPES e no UNICESUMAR.